

Fatores psicossociais no trabalho e repercussões na saúde: contribuições aos debates atuais

Psychosocial factors at work and their impact on health: contributions to current debates

As alterações na Norma Regulamentadora 1 (NR-01) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, com vigência a partir de 25/05/2025, preveem a inclusão dos fatores psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais (GRO)¹. Tal inclusão pode ser amplamente atribuída ao aumento da incidência de agravos relacionados ao estresse e à saúde mental, decorrentes da exposição a fatores de caráter negativo no ambiente laboral, com consequentes impactos sobre trabalhadores, instituições e os sistemas de saúde, previdência e seguridade social.

A intensificação da exposição a fatores psicossociais no trabalho (FPST) não é nova, tendo aumentado ao longo das últimas décadas em consequência de mudanças desfavoráveis nas condições e na organização do trabalho. O interesse e os estudos sobre FPST cresceram ao longo do século XX. Podem ser citados Elton Mayo (década de 1920 – Escola das Relações Humanas), Frederick Herzberg (década de 1950 – Teoria dos Fatores Higiênicos e Motivacionais, influenciando a satisfação), Cooper & Marshall (década de 1970 – Estresse Ocupacional), Karasek & Theorell (década de 1970 – Modelo Demanda-Controle) e Johannes Siegrist (década de 1990 – Modelo Esforço-Recompensa)^{2,3}. Relevante também foi Lennart Levi, na Suécia, que fundou o Stress Research Laboratory em 1959 e o National Institute for Psychosocial Factors and Health em 19804. Entre sua profícua produção, destacam-se “*The Psychosocial Environment and Psychosomatic Diseases*,” da série *Society Stress and Disease*⁵, e *Guidance on Work-Related Stress: Spice of Life or Kiss of Death*⁶.

Esse número especial da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho (RBMT) contempla os FPST sob diferentes abordagens metodológicas. Comentaremos brevemente alguns dos aspectos mais relevantes dos artigos.

Lucca, Silva-Junior e Bandini descrevem, em artigo de opinião, aspectos históricos relativos a diretrizes e recomendações de organizações internacionais (Organização Mundial da Saúde e Organização Internacional do Trabalho), abrangendo desde 1984 até as mais recentes modificações na legislação trabalhista brasileira. Os autores chamam a atenção para as relações assimétricas entre capital e trabalho e a necessidade de considerar dimensões coletivas na avaliação dos FPST. Destaca-se a necessidade de uma abordagem sistêmica dos ambientes de trabalho e dos FPST neles contidos, bem como o uso adequado de modelos de gestão voltados à saúde.

Rocha et al. apresentam breve revisão sobre as principais fases reconhecidas da organização do trabalho, desde Frederick Taylor até a gestão da produção atual na assim chamada “sociedade de desempenho”. São discutidas repercussões negativas associadas a exigências, principalmente psicológicas, e ao trabalho precário e frequentemente constrangedor. Também são descritos os conceitos de “performar” e a síndrome do *burnout* e suas relações com os FPST.

Quatro dos nove artigos que compõem este número especial são sobre trabalhadores do setor da saúde. Isso pode ser explicado pela forma como o trabalho nesse setor é organizado, com inúmeras diferenças e nuances entre as categorias laborais, mas sempre em condições que podem gerar danos à saúde naqueles que cuidam da saúde de terceiros.

Como citar: Fischer FM, Martinez MC. Psychosocial factors at work and their impact on health: contributions to current debates. Rev Bras Med Trab. 2025;23(1):e2025231. <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2025-231>

Oliveira et al. trazem uma avaliação dos FPST e sua contribuição para o adoecimento entre trabalhadores de enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Uma revisão integrativa da literatura evidenciou que o trabalho da enfermagem na UTI apresenta riscos potencializados em função da dinâmica, complexidade e especialidade do setor, gerando estresse, sofrimento, adoecimento e comprometimento do desempenho profissional. Os autores destacam que a intensificação dos FPST com potencial de geração de desfechos negativos vem aumentando nas últimas décadas. Também apontam lacunas na realização de estudos com desenhos e delineamentos mais robustos, inclusive investigações longitudinais evidenciadoras de relações causais e uso de instrumentos de avaliação validados. Há um hiato entre a produção do conhecimento e o seu uso em intervenções preventivas.

Duarte et al. realizaram um estudo descritivo para avaliar os FPST entre enfermeiros e técnicos de enfermagem da UTI de um hospital geral no Centro-Oeste do Brasil. Houve exposição moderada a riscos relacionados à divisão de tarefas, falta de reconhecimento e danos psicológicos, sociais e físicos. Riscos elevados foram identificados na divisão social do trabalho e no esgotamento mental. Foram sugeridas medidas de intervenção voltadas à comunicação e relação entre equipes, prevenção de preconceitos, discriminação e violência nos contextos do trabalho, aprimoramento da organização e condições de trabalho e melhoria em relação ao tempo livre/de lazer, sono e alimentação.

Vale et al. apresentam estudo realizado em um hospital geral que investigou os FPST e a prevalência de sofrimento psíquico entre trabalhadores e profissionais de saúde. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos padronizados e entrevistas com trabalhadores. Identificou-se elevada prevalência de transtornos mentais comuns, além de associação entre os estressores e o sofrimento psíquico. Causas possíveis foram o crescimento do número de atendimentos hospitalares após sua regionalização, com crescentes demandas físicas e mentais, provavelmente associadas à insuficiência de funcionários e equipamentos. Várias dimensões das atividades auxiliaram na regulação da saúde mental dos trabalhadores. Se, por um lado, o aumento das demandas e as hostilidades nas comunicações entre chefias e subordinados foram fatores negativos, por outro, a identificação com o trabalho e sentido atribuído ao cuidado foram fatores positivos, produzindo recompensa simbólica e identitária.

Ortiz-Chamorro conduziu um estudo transversal para identificar fatores psicossociais intra e extralaborais entre médicos colombianos recém-formados atuando em serviços obrigatórios de caráter social durante a pandemia de covid-19. Os riscos psicossociais de intensidade muito alta tiveram frequência relevante, tanto no contexto intra como extralaboral, coincidindo com resultados de outros estudos colombianos. Esses riscos podem estar associados a respostas intensas de estresse, potencialmente refletindo nas emoções e nos sentimentos. Há necessidade de implementar estratégias de intervenção em um sistema de vigilância epidemiológica.

A abordagem dos FPST não se esgota na atuação de um determinado profissional, mas requer a participação de diferentes atores, incluindo aqueles de diferentes categorias profissionais, lideranças e os próprios trabalhadores, utilizando variadas estratégias diagnósticas e de intervenção. O artigo de opinião de Pereira propõe uma reflexão sobre como a Clínica Histórico-Cultural pode realizar interface com a Saúde do Trabalhador na abordagem dos riscos psicossociais no trabalho. Para tanto, a autora apresenta um método voltado à ação, baseado em questionário para avaliação qualitativa dos riscos psicossociais no trabalho e sua relação com a saúde dos trabalhadores. O método busca identificar necessidades de mudança, intervir na estrutura social e produzir normativas para promover condições dignas de trabalho.

Rodrigues apresenta a relação entre FPST e sintomas osteomusculares em professores universitários, usando estudo transversal. São comentados os novos cenários adversos enfrentados por essa categoria profissional. O autor realiza uma avaliação dos sintomas musculoesqueléticos, suas repercussões funcionais e as associações com estressores psicossociais no contexto do trabalho. Utiliza modelagem com equações estruturais para análise dos fatores associados aos efeitos observados. Salienta a importância do gerenciamento dos fatores de risco para a prevenção e mitigação dos danos na saúde dos docentes.

Lopes & Lucca apresentam resultados de estudo conduzido em cinco empresas industriais do interior de São Paulo, adotando abordagens qualitativas. Observou-se que os processos de trabalho eram principalmente tayloristas, com gestão hierárquica rígida e lideranças pouco capacitadas. Mesmo nas empresas com maior complexidade tecnológica, predominaram linhas de montagem com rígido controle do tempo. Em todas as empresas, foram observados FPST negativos, como baixa

autonomia e pouco controle sobre o trabalho, apoio social restrito, planos de carreira e reconhecimento limitados ou inexistentes, violência psicológica e assédio moral.

Embora os estudos deste número especial tenham consistentemente identificado elevadas frequências e intensidades de exposição aos FPST, bem como seus efeitos deletérios, em especial sobre a saúde mental, ainda se mantém a lacuna de estudos de intervenção que fundamentem boas práticas preventivas voltadas a esse problema tão complexo e que possam respaldar ações institucionais e políticas públicas.

O atual contexto do mundo do trabalho é preocupante, requerendo estratégias urgentes, contínuas, sistemáticas e baseadas em boas práticas, voltadas ao controle e à prevenção dos FPST. A nova NR-01, apesar de suas limitações, oferece uma oportunidade para reflexão e, principalmente, para ações voltadas à melhoria das condições e da organização do trabalho, de forma a promover a saúde, o bem-estar e a empregabilidade dos trabalhadores.

Frida Marina Fischer 

Professora Titular do Departamento de Saúde Ambiental da
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Maria Carmen Martinez 

Epidemiologista e Consultora Independente da WAF Informática & Saúde Ltda

REFERÊNCIAS

1. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024 [Internet]. Brasília: Diário Oficial da União; 2024 [acesso 31 mar 2025]. Disponível: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2024/portaria-mte-no-1-419-nr-01-gro-nova-redacao.pdf/view>
2. Siegrist J. Adverse health effects of high-effort/low-reward conditions. *J Occup Health Psychol*. 1996;1(1):27-41.
3. Schonfeld IS, Chang CH. Occupational health psychology: work, stress, and health. New York: Springer Publishing Company; 2016.
4. Theorell T. Introduction to future worklife -- special issue, in honor of Lennart Levi. *Scand J Work Environ Health*. 1997;23 Suppl 4:5-6.
5. Lennart L. The psychosocial environment and psychosomatic diseases. London: Oxford Medical Publications; 1971.
6. European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Guidance on work-related stress: spice of life or kiss of death? Belgium: Publications Office; 2000 [accessed 2025 Apr 03]. Available: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/a126831d-0fd7-45af-a8eb-7d76e0541214>

